



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



LUÍS CARLOS DE OLIVEIRA PAULO

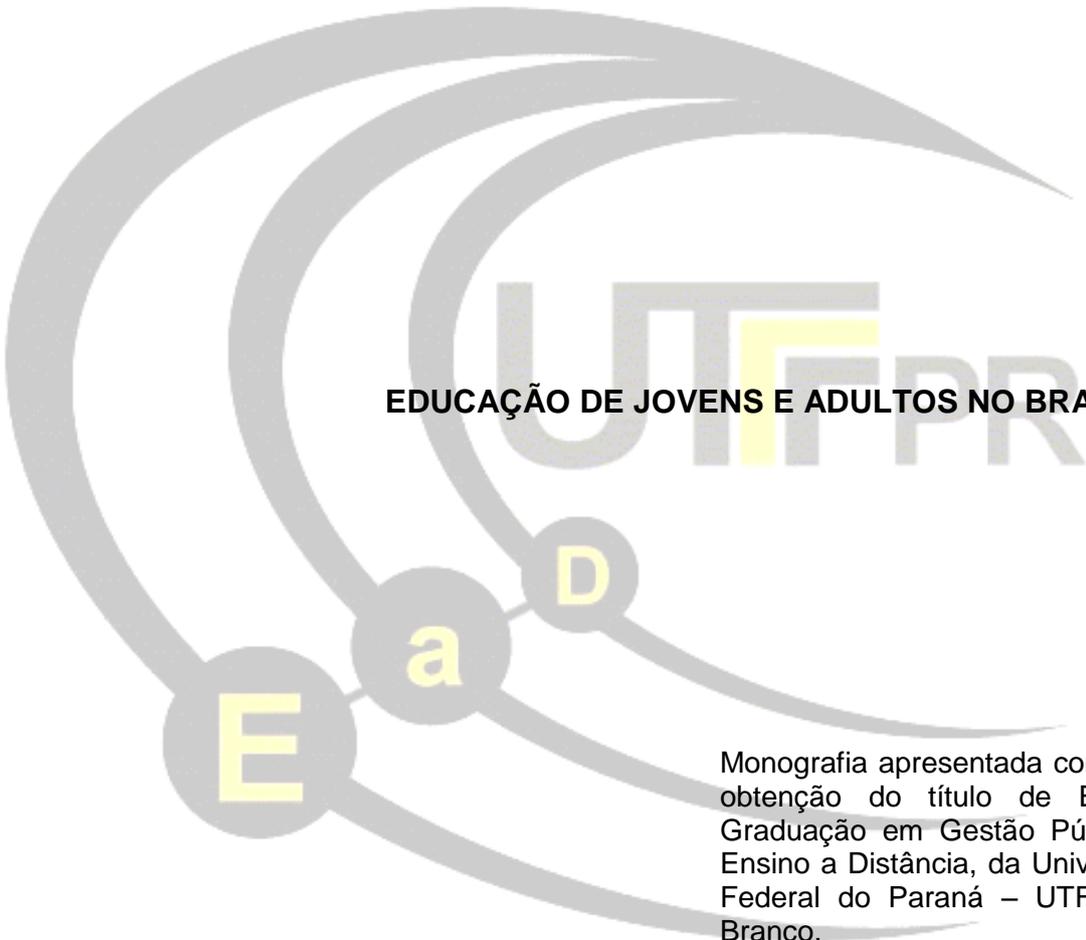
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

PATO BRANCO

2014

LUÍS CARLOS DE OLIVEIRA PAULO



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus Pato Branco*.

Orientador: Professor Dr. Osney Marcos Cardoso.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

PATO BRANCO

2014



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



TERMO DE APROVAÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Por

Luís Carlos de Oliveira Paulo

Esta monografia foi apresentada às..... h do dia de de 20... como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Pós Graduação em Gestão Pública, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Pato Branco. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

.....

Prof. *Dr. Professor Osney Marcos Cardoso*
UTFPR – *Campus* Pato Branco
(orientador)

Dedico esta monografia aos meus pais e meus irmãos e amigos por estarem sempre me apoiando e a meu lado em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela minha fé e perseverança para vencer.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A meu orientador Professor Dr. Osney Marcos Cardoso que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e ajudou.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Pós Graduação em Gestão Pública, professores da UTFPR, *Campus Pato Branco*.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que me auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

RESUMO

PAULO, Luís Carlos de Oliveira. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil. 2014. 27 folhas. Monografia Especialização na Pós Graduação em Gestão Pública, modalidade Educação à Distância. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Pato Branco, Pato Branco, 2014.

Este trabalho teve como temática A Educação de Jovens e Adultos no Brasil, apresenta a educação, mostra como funciona o ambiente da Educação de Jovens e Adultos no país, apresentando o Desenvolvimento, a Gênese do MOBRAL, a Educação de Jovens e Adultos na última década, a Legislação Aplicável e os Principais problemas apresentados e possíveis soluções. A metodologia utilizada uma pesquisa bibliográfica. Este trabalho apresentou os desafios dos governantes para solucionar os problemas do analfabetismo no país. A sociedade e o governo em suas três esferas, desenvolvam e apliquem um ou mais projetos eficazes de modo a tornarmos um país desenvolvido, pois, a historia nos mostra que todos os governos que implementaram políticas públicas para erradicar o analfabetismo em curtíssimo prazo tornaram-se nações desenvolvidas. As conclusões são que, a Sociedade e Governo nas três esferas, terão que trabalhar em conjunto para erradicar o analfabetismo no país.

Palavras-Chave: Gênese, MOBRAL, Educação, Jovens e Adultos.

ABSTRACT

PAULO, Luís Carlos de Oliveira. Educating Youth and Adults in Brazil. 2014. 27 folhas. Monografia Especialização na Pós Graduação em Gestão Pública, modalidade Educação à Distância. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Pato Branco, Pato Branco, 2014.

This work has the theme Education for Youth and Adults in Brazil, has education, showing how the environment of the Youth and Adult Education works in the country, with the Development, Genesis MOBRAL, Education for Youth and Adults in the last decade , Applicable Laws and Main problems and possible solutions presented. The methodology used a literature search. This paper presents the challenges of governments to solve the problems of illiteracy in the country. The society and the government in its three spheres, develop and implement one or more effective projects so become a developed country, because the story shows us that all governments have implemented policies to eradicate illiteracy in the very short term become nations developed. The conclusions are that the Company and government in all three spheres, will have to work together to eradicate illiteracy in the country.

Keywords: Genesis, MOBRAL, Education, Youth and Adults.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. OBJETIVO GERAL	10
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
1.3 RELEVÂNCIA	10
2. METODOLOGIA	11
3. JUSTIFICATIVA	12
4. PROBLEMA	14
5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
6. DESENVOLVIMENTO	16
6.1 GÊNESE DO MOBREAL	17
7. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ÚLTIMA DÉCADA	21
7.1 A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	22
7.2 OS PRINCIPAIS PROBLEMAS APRESENTADOS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES	23
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

Crível que desde outrora, nenhuma das Políticas apresentadas foram efetivamente postas em ação, ao revés, todas encontraram obstáculos intransponíveis, notadamente pela interrupção de sua execução, ante a descontinuidade das políticas postas em andamento. Some-se a isso ainda as divergências existentes de concepções ideológicas que norteiam os embates voltados a Educação. Dada exorbitante quantidade de analfabetos ainda existentes em nosso seio social crê ter sido de grande valia ter nos debruçado sobre este tema, vez que o estudo do mesmo, certamente, proporcionará sua transposição, que é de rigor e necessária para efetivamente colocar o Brasil em seu verdadeiro rumo, e, portanto, vocação ao efetivo desenvolvimento, suplantando, assim, em definitivo o atual estado de submissão as grandes potencias mundiais, que ante os dissabores, experimentados pela maioria absoluta de Brasileiros, tiveram seu direito social a Educação mitigado por longos anos.

Crível que houve tentativas de reformar a política educacional brasileira, porém, todas malograram face de ausência de políticas Públicas duradoras, pois todos os Governos furtaram-se, quanto a uma Política de Estado ao invés de Governo, redundando nos alarmantes índices de analfabetismo que insiste em perseguir nossa Sociedade. Procuramos ainda malgrados os desafios existentes de lanças luzes nas possibilidades existentes e efetivamente úteis de suplantar esse estado de coisas, notadamente em relação à Educação de Jovens e Adultos, cujos objetivos são perseguidos desde tempos imemoriais em nossa História Republicada.

Não se descuidar de apresentar o embasamento legal que sustenta as atuais políticas públicas destinadas à alfabetização dos Jovens e Adultos, notadamente, a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, por julgarmos ser a pedra de 'toque' que deveriam nortear a atual política educacional para esse público, objeto de nosso trabalho.

Este trabalho foi elaborado para apresentar a Educação para Jovens e Adultos no país, a Gênese do MOBREAL, para mostrar sua importância na formação de Jovens e Adultos.

1.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar a origem das primitivas iniciativas de alfabetização de Jovens e Adultos, notadamente o MOBRAL, e seus congêneres posteriores. Analisar as principais mudanças e contribuições feitas na Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Realizar pesquisas bibliográficas sobre a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil ao desde sua gênese, com ênfase para o MOBRAL.

Analisar o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, na última década.

Analisar as contribuições e as principais mudanças feitas em favor da Educação de Jovens e Adultos no Brasil na última década que refletem até os dias de hoje.

Compreender a Educação de Jovens e Adultos na última década sob o ponto de vista legal.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho se ancorou nos estudos dos mais renomados autores, apesar da existência de considerável quantidade de material, optamos em nortear nossos estudos nos postulados dos Autores, que mais se destacaram no assunto, notadamente Osmar Fávero, Haddad S. Di Pierro, Sergio Haddad, José Carlos Libâneo, Leôncio José Gomes Soares, Maria Lúcia Grossi Correa Zunti, além é claro de outros importantes doutrinadores, apontados na bibliografia ao final do presente Trabalho, sem prejuízo de pesquisas junto à rede mundial de Computadores. Faz-se necessário asseverar-se que os autores citados formaram a base deste estudo em razão da relevância desses renomados doutrinadores aos se aprofundarem no tema, mesmo quando não foram explicitas suas colocações referentes à alfabetização de Jovens e Adultos.

Este trabalho atentou-se ainda nas argutas observações trazidas pelos autores citados referentes às atuações da legislação dedicadas a Educação, notadamente, a Constituição Federal da República e legislação infraconstitucional atinente ao tema, e ao final, oferta-se as considerações finais, apontando, possíveis soluções para erradicar ou ainda minimizar definitivamente, o analfabetismo que assolada considerável quantidade de pessoas, malgrado, necessitem de certa temporalidade para que os resultados sejam de fato alcançados.

É de todo útil esclarecer que o desenvolvimento desta pesquisa se baseou na leitura e coleta de dados de autores que debruçaram e, por conseguinte, desenvolveram estudos e pesquisas sobre o referido tema, o qual se presta a alicerçar e fundamentar os apontamentos extraídos. A bibliografia objeto do presente Trabalho foi estruturada com base qualitativa, ao invés, de estatísticas, pois, visou necessariamente buscar entender um fenômeno específico em profundidade. Assim o norte seguido, pautou-se pela descrição, comparações e interpretações, que se julga de suma importância.

Este trabalho apresentará a temática A Educação para Jovens e Adultos no Brasil, mostrando como funciona o ambiente da Educação de Jovens e Adultos no país, apresenta o Desenvolvimento, a Gênese do MOBREAL, a Educação de Jovens e Adultos na última década, como também, a Legislação Aplicável e os Principais problemas apresentados e possíveis soluções.

3. JUSTIFICATIVA

O presente Trabalho de Conclusão de Curso pautou-se pela relevância em apresentar o gênese da Educação de Jovens e Adultos ao longo dos anos no Brasil, com ênfase aos programas governamentais, notadamente ao Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL e Fundação Educar incluindo o programa Brasil Alfabetizado, até plasmar em nossos dias atuais.

Crível que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino ofertado às pessoas que encontram fora da idade regular de ensino, sejam eles analfabetos ou formalmente em descompasso com seu ciclo de ensino do ponto de vista temporal, que por qualquer problema tiveram que abandonar ou ainda deixaram de frequentar os bancos escolares, que não raras às vezes para servirem como gestor financeiro de seus familiares no sustento e manutenção de seus lares, consoante prescreve Fávero (2004, p.26):

Boa parte dos analfabetos jovens e adultos de hoje passaram um ou mais anos na escola; aprenderam mal, mas alguma coisa, esquecida apelo desuso. Muitos jovens de hoje estão saindo da escola sabendo mal ler, escrever e contar. Continuamos oferecendo pobres escolas para as camadas pobres da população.

Procura-se ofertar, através de pesquisa bibliográfica uma breve síntese histórica de seus objetivos, notadamente a dicotomia entre as normas legais e seu efetivo resultado, as Políticas Públicas voltadas a essa modalidade de Educação, sem deixar de mencionar as constantes mudanças da Política Pública voltada para a Educação, apontando seus eventuais êxitos e os equívocos desses programas na arguta lição dos doutos no assunto.

Adentra-se ainda na seara da atual Legislação que norteia Educação no Brasil, o meio de financiamento dessa Educação e os efetivos gargalos que persistem apontados pelos autores que se debruçaram sobre o tema. Objetivamos apresentar o real e esperado da oferta dessa modalidade de ensino.

Atenta-se ainda em realizar uma comparação entre as propostas pedagógicas do Movimento Brasileiro de Alfabetização e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos. (PROEJA), à luz de estudos apontados pelos doutos.

Por fim oferta-se uma proposta de massificação dessa modalidade de ensino, que certamente proporcionará a devida inclusão de considerável número de brasileiros que deixaram por algum motivo de frequentarem os bancos escolares em seu modo e tempo certo.

4. PROBLEMA

Quais formam os projetos governamentais mais relevantes ofertados por meio de políticas públicas e seus instrumentos legais que contribuíram em favor da Educação voltadas a Jovens e Adultos no Brasil.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A história do MOBRAL, posteriormente suplantado pelas seguidas Políticas Públicas de alcances limitados, notadamente com a extinção da antiga Fundação então denominada como Educar (Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos) que objetivava, na arguta observação de Zunti (2000) “promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não formal, destinados aos que não tiveram acesso à escolar ou dela foram excluídos prematuramente”.

6. DESENVOLVIMENTO

Desde logo é crível apontar a delimitação do tema, pauta-se em debruçar sobre a Educação de Jovens e Adultos, a partir da Proclamação da República, vez que no período colonial, o Brasil enquanto nação inexistente formalmente, fato ocorrido tão somente com a outorga da Constituição que regesse o país. Assim juridicamente o Brasil existe enquanto nação e, portanto, formalmente com a Constituição de 1824, ainda no período monárquico, como bem salienta os doutos no assunto.

Pois bem, ainda no período monárquico o Brasil, juridicamente, não se atentou para a necessidade de alfabetizar seus habitantes, ao revés, os únicos que se dispuseram a fazê-lo, são oriundos das classes mais abastardas da recente nação. Por conseguinte, inexistente faticamente qualquer efetividade em alfabetizar a população desprovida de recursos, em que pese a Constituição já fazer uma pequena menção de ofertar educação primária e gratuita para todos os brasileiros, apesar de ser omissa quanto a sua execução, fato este que perdurou até os idos de 1920, quando alguns intelectuais, criaram a Associação Brasileira de Educação, dando origem ao que se convencionou chamar de “Escola Nova” (ANÍSIO TEIXEIRA, 1932), tendo seu maior expoente na pessoa de Anísio Teixeira. A educação de fato se tornou mais explícita e, portanto, politicamente objeto de ação governamental, após a ascensão de Getúlio Vargas ao Poder, nos idos de 1930, ainda no período do Governo provisório, redundando na criação do Ministério da Educação.

Sobreveio a necessidade de proclamar uma nova Carta Política, fato ocorrido em 1934, quando se faz menção expressa da criação de um Plano Nacional de Educação, culminando dentre outras medidas relacionadas à Educação como um todo, sem, no entanto, tecer qualquer comentário atinente a educação de adultos. Apesar das constantes reformas propostas ao longo de todos os Governos, todas, deverás insuficientes para colocar a Educação como ponto nevrálgico à dignidade que se espera, ou seja, como política de Estado.

Incontinenti, sobrevieram inúmeras reformas desde então, notadamente a Reforma Capanema, que possibilitou uma maior ampliação da Educação no país, sem, no entanto, ofertar esse direito Constitucional a toda à população. Apresentamos também as recentes alterações legislativas que afetam diretamente a

Educação de Jovens e Adultos, notadamente, quanto às alterações dos últimos dos Governos (GHIRALDELLI JUNIOR, 2006, p. 41).

6.1. GÊNESE DO MOBREAL

Crível apresentar os antecedentes históricos que alicerçaram os projetos posteriores de alfabetização, Antes de adentrarmos no cerne da questão faz-se necessário, desde logo, tocar em algumas questões que pretensamente podem nos auxiliar na análise dos problemas, dentre outros, mencionarmos a questão socioeconômica ou ainda a quem se destina a Educação de Jovens e Adultos; a caracterização de educação de Jovens e Adultos relacionadas às camadas mais popular da população, a notável atuação da educação Paulo Freire, a insolvência do problema educacional no Brasil.

Inicialmente não se furta de esclarecer que a história da educação, no Brasil, é entrecortada, não por evidências de avanços, antes, pela ausência de políticas públicas educacionais claramente definidas como pela ausência de instituições escolares. Tendo em vista a proposta do presente trabalho, deixaremos de mencionar as políticas nesse sentido em outras nações, por foge ao alcance do trabalho de Conclusão de Curso.

Como dito na introdução a história da educação no Brasil remonta ao período colonial, só vem ganhar fôca a partir do século XX com a estruturação das primeiras instituições escolares. Portanto, antes, com raríssimas exceções a intervenção dos Jesuítas não havia se estruturado nenhum sistema educacional eficiente. Por sua vez a colônia era uma verdadeira região agrícola, por conseguinte a escolarização era posta a um plano desnecessário, malgrado já esta em curso as transformações renascentistas e posteriormente iluministas. Assim, o filho do colono era educado para ser colono e era o suficiente.

Os pouquíssimos filhos das elites que se dedicaram ao estudo eram remetidos a Europa, mesmo as escolas instituídas por advento da Família Real não tiveram uma eficaz estrutura e abrangência racional, uma vez que foram instituídas para atender as necessidades da Corte e não para atender os interesses de toda a Colônia.

Infere-se, portanto que no período colonial e nos primeiros anos da República, crianças, jovens e adultos, eram de fato massivamente de analfabetos, por

consequente, não há que se falar em política educacional nesse período no Brasil. Tal estado de coisas somente veio a ter importância com o advento do século XX, argumentam os doutos no assunto que a educação pode ser vista em seus primeiros passos a partir da industrialização no Brasil, cada qual a sua maneira, mas correlacionadas.

As primeiras políticas públicas de educação em massa no Brasil, remonta ao surgimento do MOBRAL. Pois bem, o MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização foi e continua sendo o maior movimento no mundo objetivando a alfabetização de adultos. Trata-se de uma iniciativa de cunho Governamental com o fito específico de proporcionar alfabetização em todo o território nacional. Malgrado tenha sido implementado em pleno regime de exceção, sua idealização é algo notável e impar, objeto de estudos até nossos dias.

Prima face é de todo esclarecermos que o MOBRAL foi organizado seguindo o modelo das campanhas de cunho nacional de alfabetização, à época coordenada pelo Departamento Nacional de Educação (DNE), órgão subordinado ao Ministério da Educação e Cultura. Estruturalmente fora idealizado que sua execução e desenvolvimento estariam a cargo da DNA, no entanto, com o transcorrer do tempo evidenciou-se a necessidade de outorgar-lhe autonomia, com direção e recursos próprios, desvinculando-se do então órgão que lhe originou. Em plena execução, sobreveio alteração do Gabinete da Pasta do Ministério da Educação e Cultura, tomando posse o então Ministro Jarbas Passarinho, que ante a pouca eficiência do programa, lhe proporcionou novos caminhos e diretrizes, reestruturando.

Notadamente a medida mais pontual da reestruturação se deu na alteração de suas funções, que outrora era repassador de recursos para outro órgão executor, apropriando-se desse mister funcional, ou seja, tornou-se o próprio executor do projetos e programas. Para tanto, nomeou-se para sua direção o Professor Mário Henrique Simonsen e seu respectivo secretário, o Padre Felipe Spotorno. A literatura narra que ante a reestruturação do Órgão, sobrevieram divergências entre o grupo que a idealizou, na sua gênese, no então DNE e o grupo encarregado da execução. Não podemos deixar de mencionar que essas divergências e conflitos no seio dessa Instituição escancaram uma luta nos demais setores ligados a Educação, notadamente os pedagogos e tecnocratas. Os primeiros portadores de uma ideologia liberal-humanista são e foram de fato precedidos pelos tecnocratas, que representavam uma ideologia de modernização.

Crível que este projeto visou necessariamente à inserção de mão de obra no mercado de trabalho qualificada ante o projeto nacional desenvolvimentista da época. Malgrado as divergências pontuais sobre o programa, é certo que ele tinha duplo sentido, ou seja, buscava ofertar ensino a população adulta e ao mesmo tempo capacitar estas pessoas para a correta alocação no mercado de trabalho, angariando, portanto, simpatizantes de ambos os lados, ou seja, da Sociedade e da Elite empresarial. Após estes pequenos, porém, necessários, esclarecimentos, adentremos no cerne referente à sua gênese.

Assim o MOBRAL, foi criado a partir da junção de 4 Decretos em 8/9/67, onde o Governo Federal fez promulgar a Lei n.º 5379 de 15/12/67, que: Previa sobre a alfabetização e a educação continuada de adolescentes e adultos”, já sobre o crivo do estado de exceção. A partir de então, tomou-se medidas efetivas de sua criação no dia Internacional da alfabetização. Importante mencionarmos ainda que em seu artigo 1º que definiu como: Constituem atividades permanentes no Ministério da Educação e Cultura a alfabetização funcional e principalmente, a educação continuada de adolescentes e adultos. Emerge daí a clara intenção do Governo à época de assumir a alfabetização de adolescentes e adultos como uma de suas prioridades. Quanto ao período a legislação previu ainda a divisão em 02 períodos sucessivos de quatro anos, sendo que o primeiro período estaria afeto aos analfabetos de até 30 anos de idade e o segundo período aos demais grupos da sociedade e posteriormente a sucessão desses períodos o entendido seria de implantar uma educação continuada sem discriminação etária.

Deveria, portanto, tratar-se de uma tarefa permanente, fugindo, das ações de outrora, ou seja, de caráter permanente e não transitória, mitigando, as ações de outrora de cunho transitório de alfabetização, sendo que competia às autoridades civis e militares participar do empreendimento, sem prejuízo da inclusão de voluntários, de estudantes universitários e secundaristas da época, desde que sem prejuízo a sua formação.

Trata-se, assim, de um projeto ambicioso e bem elaborado à época, pois, fora desde seu nascimento discutido pela sociedade de então tendo o governo Federal aderido prontamente, ante os postulados da UNESCO.

O projeto previa dentre outras coisas, a priorização em ordem pontual a serem seguidas, notadamente, a saber: prioridade número um: condição socioeconômica dos Municípios, dando-se preferência aos que oferecessem

melhores condições de aproveitamento dos efeitos obtidos pelos educandos e maior possibilidade quanto ao desenvolvimento nacional. Prioridade número dois: faixa etária que congrega idades vitais no sentido de pronta e vital efetividade, recepcionalidade individual e de maior capacidade de contribuições, em favor do desenvolvimento do País.

Por fim e sem maiores delongas, é de igual importância que nos mencionemos que o MOBRAL, está na esteira do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, no bojo da lei (LEI 5.379 de 15/12/1967).

7. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ÚLTIMA DÉCADA

Por sua vez a Fundação Educar fora substituído pelo Programa Nacional de Educação e Cidadania (PNAC) que objetivava diminuir em 05 anos 70% o índice de analfabetismo no Brasil, no entanto, tal intento, não fora alcançado, ao revés, este perdurou por tão somente 1 ano, conforme se vê na arguta lição de Di Pierro (2000, P.212).

A extinção da Educar surpreendeu os órgãos públicos, as entidades civis e outras instituições convencionadas que, a partir daquele momento, tiveram que arcar sozinhas com a responsabilidade pelas atividades educativas anteriormente mantidas por convênios com a Fundação. A medida representa um marco no processo de descentralização da escolarização básica de jovens e adultos, pois, embora não tenha sido negociada entre as esferas do governo, representou a transferência direta de responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos da União para os municípios. Desde então, a União já não participa diretamente da prestação de serviços educativos, enquanto a participação relativa dos municípios na matrícula do ensino básico de jovens e adultos tendeu ao crescimento contínuo, concentrando-se nas séries iniciais do ensino fundamental, ao passo que os Estados (que ainda respondem pela maior parte do alunado) concentram as matrículas do segundo segmento do ensino fundamental e do ensino médio.

Ademais se faz necessário frisarmos também que nos anos 90 a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) definiu como ano internacional da Alfabetização no Brasil, a partir desse ano, sobreveio inúmeros encontros, seminários e congressos objetivando apresentar e discutir propostas para erradicar o analfabetismo no Brasil. Crível mencionarmos também a sua importância na ocasião, uma vez que plasmava a ideia de incremento para a Educação de Jovens e Adultos, cujo ápice se daria com a 5ª. ONFINTEA, que são Conferencias internacionais de Educação de Jovens e Adultos, notadamente realizada naquele ano em Hamburgo na Alemanha, trazendo contribuições para o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, conforme a lição de Soares (2002, p. 9)

Durante o ano de 1996, realizaram-se vários encontros estaduais de EJA, com o objetivo de mapear as ações e as instituições envolvidas com a área. Após essa etapa realizaram-se encontros regionais de posse dos documentos elaborados nos estaduais. A etapa seguinte marcada com um grande Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos em Natal RN. O documento de Natal é um retrato da EJA no Brasil: atendimento, seguimentos envolvidos e metas [...] [No] Rio de Janeiro, os atores envolvidos propuseram um prosseguimento dos encontros no âmbito estadual, criando o Fórum de Educação de Jovens e Adultos. Dessa iniciativa, surgiu um movimento nacional de continuidade da 5ª. CONFINTEA, que se materializa na criação de fóruns estaduais de EJA 10 e na realização de encontros anuais de educação de jovens e adultos.

Já nessa ocasião as tecnologias já estavam sendo pensadas e aplicadas em favor da Educação de Jovens e Adultos, dada às exigências do mercado de trabalho conforme prescreve Haddad (2001, p. 191):

O paradigma da sociedade contemporânea é a mudança constante dos processos de produção e das formas de relação social, devido à introdução de novas tecnologias que rapidamente ficam superadas e à implantação vertiginosa das possibilidades de comunicação e produção de informações. Esse cenário evoca, necessariamente, o princípio da flexibilidade dos processos educativos e, por tanto, o imperativo de ampliar o conceito de educação para além dos sistemas escolares. A educação passa a ocupar cada vez mais espaço na vida dos indivíduos, não só das crianças, mas também na dos adultos. [...] além da necessidade de atualização constante de conhecimentos impostos pelas características do mercado de trabalho e das formas de organizar a produção, outro fator que impõe o tema da educação continuada é a própria redução do tempo que as pessoas despendiam trabalhando ao longo de suas vidas.

7.1 A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Necessário desde logo fazermos menção à legislação aplicável à educação tanto no nível Constitucional como infraconstitucional, que prevê o acesso e a permanência a educação, para tanto, tendo em vista a limitação do trabalho, faremos breves menções aos pontos pontuais, sem, no entanto, transcrevê-los.

Pois bem, notadamente a legislação concernente à educação de Jovens e Adultos, tem sua fonte primaria na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 5º que disciplina que todos são iguais perante a Lei, portanto, tendo em vista a universalização do ensino, a igualdade de acesso a educação atinge necessariamente a todos os cidadãos nacionais ou estrangeiros residentes no Brasil. Não é só o artigo 6º garante a educação como direitos sociais. Por seu turno o artigo 208 da Carta Magna, determina é dever do Estado, e em seu inciso I, aos que não tiveram acesso em seu tempo oportuno, além de ser um direito público subjetivo.

Por sua vez, a Lei de Diretrizes Bases da Educação, nº. 9394/96, artigo 4º inciso VII, assim dispõe: oferta de educação regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

7.2 OS PRINCIPAIS PROBLEMAS APRESENTADOS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Superadas essas breves, porém, necessários esclarecimentos fazem-se necessário, agora apontar um breve, porém, substancialmente delimitado, sobre os problemas do sistema de ensino no Brasil, que notadamente, atinge os Jovens e Adultos de nossos tempos.

Como já mencionado, o sistema de ensino começou por cima, pois, como já mencionamos acima nos tópicos anteriores, o primeiro ato oficial de ensino no Brasil, dada de 1759, quando o Marques de Pombal expulsou os jesuítas que ensinavam o povo e criou as aulas régias, ministradas para os nobres. Como se vê, a elite, desde antes, sempre teve privilégio no que diz respeito à educação por parte dos detentores de poder no Brasil. Não é só, outra pontual fase histórica diz respeito à chegada da Família Real no Brasil Colônia, onde, por ato de D. João VI, criaram-se as Reais Academias, destinadas ao ensino Superior, que em outros termos é a Educação de excelência para poucos.

Desse estado de coisas, os doutos asseveram que há de fato um acordo de cavalheiros entre as forças do mercado entre público e o privado, cuja conclusão é que o mercado do ensino privado é restrito na educação básica e amplo no ensino superior; e vice-versa (MELLO, 2003, p. 7). Conforme ensina Guiomar Nano de Mello, da Fundação Victor Civita, há um confronto atualmente, pois, na educação elitista (Revista Escola - Os 10 maiores Problemas da Educação Básica no Brasil, 2003), há homogeneização e exclusão, limitando seu alcance aos demais cidadãos. Nas pesquisas realizadas logramos êxito em detectar alguns pontos que julgamos serem importantes a mencionar, mesmo que brevemente, o que já fora feito e o que está em curso e por fim o que há de se fazer, senão vejamos:

Crível que já fora feito, o acesso universal à educação, pelo menos no ensino fundamental e ensino médio e educação infantil. Ocorreu ainda a reforma do currículo, tornando-se mais enxuto, prático e significativo para a vida do aluno. Ocorreu igualmente que o ensino médio não é mais uma preparação para o

vestibular e por fim a criação do Exame Nacional do Ensino Médio e notadamente do ENCEJA, isto é, o exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos.

Superado essa etapa, devemos mencionar também o que está em curso, a saber, a implementação da reforma curricular, notadamente referente aos cursos, seminários, debates de sensibilização do docente para compreender e aceitar o novo currículo; está igualmente em curso uma Discussão com as Universidades sobre o que é relevante.

Por fim vem à fase mais importante, conforme ensina Costa (2009, p. 9), nesse assunto que é a consolidar a universalização do acesso. Malgrado as reformas serem lentas, deve-se implementar o novo currículo, deve ainda haver discussões com os professores sobre a escola mais adequada para todos e por derradeiro ofertar claramente um debate mais amplo na sociedade sobre os caminhos a serem perseguidos pela educação, notadamente para os Jovens e Adultos, que apesar da diminuição do analfabetismo nos anos anteriores, houve um avanço notadamente nos anos de 2012.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que com esses breves, mas importantes pontos apresentados serviram para demonstrar claramente os desafios que necessariamente deverão ser solucionados pela Sociedade, pois, tenta-se demonstrar às origens dos primeiros ensaios governamentais de mitigar o analfabetismo em nosso país, sejam por medidas tímidas e pontuais ou através de projetos ambiciosos cujos efeitos nem sempre foram amplamente alcançados, no entanto, ensina os doutos que estes projetos foram benéficos e serviram como norte a serem perseguidos, pois, através das experiências, positivas ou negativas, podemos, agora, delimitar o tamanho do desafio a frente a serem pontualmente enfrentados.

Com esse referencial histórico é possível, agora, perceber a atual situação da educação brasileira, pois, é aterrorizador o número de pessoas que leem um texto simples e não entendem o seu sentido ofertado por Costa. Os doutos são unânimes ao afirmarem que esta situação é produto da herança de todo o tratamento outrora dispensado à educação brasileira. Malgrado haja avanços os mesmos doutrinadores asseveram que os índices de analfabetismo vêm caindo pontualmente ano a ano, com exceção de 2013, no entanto, eles asseveram que se trata de uma metodologia adotada que na realidade são números dispersos e pouco eficazes, pois deixa de fora, análises importantes em sua elaboração.

Ao longo da história recente de nosso país percebe-se que não houve falta de projetos, muitos deles mirabolantes e de expectativas exacerbadas, no entanto, eles existiram de fato, ocorre que muitas das vezes, os projetos nem mesmo tiveram o tempo necessário de maturação, foram abandonados e renegados, deixando de serem encarados como projeto de Estado e não de governo.

Asseveram os doutos que malgrado as atabalhoadas governamentais de outrora, a educação vem tendo relevância e, por conseguinte, o Estado vem exercendo e ofertando Políticas Públicas para mitigar o analfabetismo, por força da pressão de Organismos Internacionais, notadamente a UNESCO e a ONU, sem prejuízo das pressões advindas da Sociedade Civil organizada, vez que não são poucos os movimentos, campanhas, novos projetos, que surgem a partir de um esforço de muitos movimentos, que não tão somente ensinam os códigos de linguagem como também objetivam tornar significativa a existência do indivíduo na sociedade por meio da educação.

Os fatos históricos narrados no transcórre desse trabalho lançam luzes aos desafios que estão pela frente, pois, por meio deles, podemos verificar como se vive enquanto nação. A nosso ver faz-se necessário buscar os projetos e ações que deram resultados positivos e afastarmos de projetos mirabolantes que muitas das vezes são importados e divorciados de nossa realidade, pois, as adaptações são frequentemente errôneas e não apresentam a realidade de nossa sociedade. Deve-se, portanto, ser original, pois, o país possui competência e desenvolvimento suficiente para solucionar os problemas hoje existentes no tocante a Educação, pois, figuras como Paulo Freire, Florestan Fernandes, já há muito tempo ofertaram soluções plausíveis para minimizar o analfabetismo e se postas em efetivo exercício podem até mitigar definitivamente essa mazela que insiste em perseguir nosso povo, renegando a toda a coletividade o seu direito social que é de ter, frequentar e lograr êxito em obter educação de qualidade, não é um sonho distante, ao revés, é fato presente e imperioso de ser superado, mas, desde logo, é crível que a Sociedade esteja envolvida e continue fazendo pressão para reformá-las imperativas que se fazem necessário.

Por fim a sociedade deve a nosso ver perguntar, por que ainda há necessidade de aumentar a oferta de educação para Jovens e Adultos? A necessidade de existir essa modalidade é fruto do fracasso da educação regular que produzem cada vez mais analfabetos? Há comprometimento da sociedade em mitigar definitivamente esse estado de coisas? O que então devemos fazer. Essas e muitas outras perguntas deverão ser respondidas imperiosamente o mais breve possível, para que então a sociedade e o governo em suas três esferas, desenvolvam e apliquem um ou mais projetos eficazes de modo a tornarmos um país desenvolvido, pois, a história nos mostra que todos os governos que implementaram políticas públicas para erradicar o analfabetismo em curtíssimo prazo tornaram-se nações desenvolvidas (SANTOS, 2007 p. 148) .

Sendo assim, conclui-se que os governos nas três esperas terão que resolver os problemas do analfabetismo no país, pois só assim, o país poderá desenvolver e tornar uma nação desenvolvida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

BRASIL. Parecer CNE n.º 11/2000 – CEB. **Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.º 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo n.º 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.º 1 a 6/1994 – 35. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**, Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001.

CARNEIRO, Neri P. **A vitória de um fracasso e a Educação de Jovens e Adultos.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/educacao-de-jovens-e-adultos-um-problema-nao-resolvido/17245>>. Acesso em 07 out.2013.

FÁVERO, Osmar. Lições da história: os avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (orgs). **Educação de Jovens e Adultos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004. P. 13-28

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira.** Barueri: Editora Manole, 2003.

HADDAD; DI PIERO, M.C. Escolarização de Jovens e ADULTOS. **Rev. Brasileira de Educação.** São Paulo, n.14, p. 108-130, 2000.

LIBÂNIO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professor.** São Paulo: Cortez, 2003.

MELLO, Guiomar Nano de. **Revista Escola - Os 10 maiores Problemas da Educação Básica no Brasil.** São Paulo: Abril, 2003.

OLIVEIRA, José Luiz. **As origens do MOBRAL.** 1989. Monografia (Graduação de Mestre em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Administração de Sistemas Educacionais. Rio de Janeiro.

SOARES, Leônicio José Gomes. **Educação de Jovens e adultos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve História sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 38 p. 49-59, jun.2010.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi Corrêa. **A Educação de Jovens e Adultos promovida pelo MOBRAL e a Fundação Educar no Espírito Santo, de 1970 a 1990: uma análise dos caminhos percorridos entre o legal e o real**. S.L, 2000.